

Armando Boito Jr. (organizador), *A Comuna de Paris na História*, São Paulo, Xamã, 2001.

Por Patrícia Vieira Trópia

Quando Marx finaliza *A guerra civil em França*, em maio de 1871, alguns dias após o término da “semana sangrenta” – portanto, no “calor da hora” – o que surpreende em seu texto são o cuidado e a precisão analítica com os quais apreende o caráter de classe, o alcance político e as conseqüências históricas da Comuna de Paris. Sua análise foi, a um só tempo, rigorosa, profunda e crítica. Passados 130 anos, este episódio singular e marcante da história do movimento operário internacional, e que durou apenas 72 dias, ainda suscita polêmicas, novas interpretações e pesquisas sobre os acontecimentos vividos e o destino dos combatentes.

Na esteira dos eventos comemorativos dos 130 anos da Comuna, realizou-se uma série de seminários no Brasil, entre os quais o evento *130 Anos da Comuna de Paris*, organizado pelo Cemarx da Unicamp. Deste seminário resultou o livro *A Comuna de Paris na História*, organizado por Armando Boito Jr. e publicado pela editora Xamã, cujo objetivo é o resgate histórico, político e historiográfico da primeira revolução operária. *A Comuna de Paris na História*, coletânea de doze textos, supera, pois, o que poderia ser apenas um livro comemorativo. O exame lúcido e crítico, resultado do trabalho de historiadores, filósofos e cientistas sociais, leva o leitor a considerar que as experiências vividas e legadas pelos *communards* devem ser estudadas, e não idealizadas.

O texto que abre o livro é o do historiador francês, presidente da Associação dos Amigos da Comuna, Claude Willard, sobre as causas (tradição revolucionária, expansão numérica da classe operária, guerra franco-prussiana), a natureza operária e os principais legados históricos da Comuna para o movimento operário. Não são poucas, nem pequenas,

as contribuições dos acontecimentos de 1871, com destaque para a experiência popular e democrática, a participação das mulheres, o caráter internacionalista do movimento (já que estrangeiros participaram como combatentes e dirigentes) e a defesa da educação pública, gratuita, laica e obrigatória – tema também de outro texto publicado na coletânea e de autoria de José Claudinei Lombardi. Um conjunto de fatores objetivos, políticos e históricos explica a transformação de uma revolta popular espontânea em uma revolução operária. Mas teria sido a Comuna uma revolução operária?

Para a pesquisadora francesa Danielle Tartakowsky, a historiografia viva, produzida pelos combatentes e pelos clássicos do marxismo, concebe a Comuna de Paris como uma revolução operária. Surge, porém, na década de 1960 uma outra interpretação sobre a natureza da revolução implementada pelos *communards*. Representante da historiografia acadêmica, Jacques Rougerie afirma que o combatente *communard* estava muito mais próximo do insurreto de 1848 do que do proletário moderno – portanto, tratar-se-ia de uma revolução democrática e republicana. Já o sociólogo francês Henri Lefebvre desenvolve a tese segundo a qual os acontecimentos de 1871 constituíram uma revolta popular contra a expulsão do povo de Paris, após a reforma urbana de Hausmann. Enquanto a memória militante festejava a Comuna como a primeira revolução operária, a historiografia acadêmica, inaugurada por Rougerie, colocava-a como a última insurreição do séc. XIX. É, pois, sobre a metáfora “Comuna crepúsculo” ou “Comuna aurora” que Armando Boito Jr, autor e organizador do livro, concentra sua análise.

A Comuna de Paris é, em parte, herdeira da revolução burguesa de 1789. A “República social” pode ser interpretada como a retomada, a radicalização do que a Revolução Francesa ainda deveria fazer. A natureza da revolução de 1871 é, outrossim, operária e democrática.

Baseando-se em dados construídos, inclusive, pela historiografia recente, Boito Jr. argumenta que a Comuna foi uma revolução proletária.¹ A origem operária dos combatentes de base e das lideranças, a composição assalariada de Paris (2/3 da população de Paris era composta por assalariados manuais) e o desenvolvimento industrial, estimulado pelas reformas públicas, constituem dados objetivos que transformaram Paris em uma cidade de assalariados e industrial. Além disso, a classe operária parisiense possuía organizações de massa e idéias próprias. Estava organizada sindicalmente na Federação das Associações Operárias de Paris (com 40.000 membros) e na seção francesa da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT). Boito Jr. explora a tese de Marx na *Guerra Civil em França*: a Comuna seria a primeira revolução proletária mundial e seu governo tenderia ao socialismo.

Além de uma revolução operária, seria a Comuna também socialista?

A Comuna criou uma situação contraditória entre a socialização do poder político e a apropriação privada dos meios de produção. Esboçou-se, porém não se cumpriu, um programa de construção de uma economia socialista nos bairros populares de Paris. A medida socializante mais evidente foi a tomada de fábricas abandonadas. Os operários absorviam (com a intervenção das vanguardas blanquistas e internacionalistas da Associação Internacional de Trabalhadores) uma concepção de mundo anticapitalista e se valiam da experiência revolucionária dos trabalhadores de Paris. Certamente, caracterização insuficiente, mas indicativa de uma tendência da Comuna para dirigir um processo de transição ao socialismo.

¹ Ver Jacques Rougerie, “Tradição e criação na Comuna de Paris”. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo Editorial, nº 13. 2001.

Fechando a primeira parte do livro, encontramos o texto mais afirmativo sobre o caráter socialista dos acontecimentos de 1871. O pesquisador Luciano Martorano analisa a nova estrutura estatal construída pelos *communards* como um “estado em formação”. Este Estado implica a destruição do aparelho burguês, mais precisamente do burocratismo, e a construção de uma nova estrutura estatal. Parte da estrutura do Estado burguês é liquidada, formando-se, na prática, uma estrutura original baseada no controle direto da burocracia pelos trabalhadores. Tal controle foi construído através da eleição de funcionários por sufrágio geral, da criação de um novo tipo de responsabilidade funcional no interior da burocracia – responsabilidade não sobre o superior hierárquico, mas sobre os trabalhadores que os elegeram e aos quais deviam prestar contas –, e, por fim, da aplicação do princípio da revogabilidade para funcionários e representantes. Ao interditar, concretamente, o acesso dos exploradores ao aparelho do Estado, a Comuna permite que os trabalhadores eleitos realizem funções estatais condicionadas à instauração e ao desenvolvimento de sua dominação política de classe. Ela substitui, assim, o critério da competência pela representação política de classe. Adota ainda três medidas para a destruição do antigo aparelho burguês: institui o armamento geral do povo, a fusão dos poderes em um só órgão, que elabora e executa as leis, e o fim dos privilégios dos funcionários com a adoção de uma remuneração equivalente ao salário dos operários.

Sabemos da importância dos acontecimentos de 1871 para Marx e Engels e para a tradição do movimento operário internacional. Como avaliá-la? Num primeiro momento, poderíamos dizer que a experiência democrática dos *communards* nos conselhos e comitês, o ativo e avançado papel das mulheres e dos estrangeiros, o caráter democrático e popular das experiências culturais e educacionais têm sido as contribuições mais destacadas pela tradição. A segunda parte do livro expõe, criteriosamente, as visões dos principais

dirigentes do movimento operário sobre a Comuna. A análise crítica, porém solidária, de Marx e Engels é o tema do trabalho de João Quartim de Moraes. Um balanço das táticas dos revolucionários (insurreição ou voto, luta armada ou luta pacífica) e das avaliações de Marx e Engels sobre a Comuna aponta para distintas estratégias assumidas pelo movimento operário internacional: de um lado, para o oportunismo das lideranças social-democratas da Segunda Internacional e, de outro, para o importante legado de Lenin à imperativa destruição da máquina do aparelho burguês. O impacto da Comuna na teoria marxista da revolução é analisado por Valério Arcary; Cláudio Batalha examina a visão dos três combatentes, Lissagaray, Louise Michel e Benoît Malon, que reconstituíram a história da Comuna; o artigo de Marco Aurélio Garcia analisa a Comuna como referencial, algumas vezes mítico e, outras, teórico, para o movimento operário e para a esquerda.

A última parte do livro está voltada à análise das repercussões da Comuna no Brasil e no pensamento político conservador. Se, de um lado, 1871 teve um impacto decisivo sobre o movimento operário internacional, também suscitou um reacionarismo burguês no plano teórico e político. Como é próprio à luta ideológica de classes, a insurreição operária e a tentativa de implantação do primeiro governo operário revigoraram as teorias conservadoras, cujo objetivo político era, como aponta Maria Stella Bresciani, a condenação do sufrágio universal a partir de critérios moralistas e reacionários. A repressão aos combatentes foi feroz (estima-se em 30 mil mortos) – o que levou Victor Hugo, como lembrou Willard, a escrever: “o cadáver está no chão, mas a idéia permanece de pé”. A repressão foi impiedosa e inaugurou uma política de extermínios internos em massa, destaca o artigo de Francisco Foot Hardmann.

No Brasil, a Comuna serviria de pretexto e de argumento reacionário para as discussões parlamentares durante o Império. Fernando Lourenço mostra que a

criminalização da Comuna, designada “delito de lesa-humanidade”, foi unanimidade no Parlamento e que, apesar das condições objetivas serem outras, havia o temor da eclosão de uma Comuna negra no país. Mas há, também, como mostra Foot Hardmann, uma apropriação reformista e reações de simpatia à Comuna em solo brasileiro, cujos vestígios podem ser encontrados nos trabalhos do crítico José Veríssimo, do poeta Castro Alves e do escritor Euclides da Cunha – autor de um poema dedicado à Louise Michel.

Menos teórica, mas nem por isso de menor importância, a parte final do livro é curiosa e original. Afinal, se na condição de estudiosos, reconhecemos teórica e politicamente o lugar da Comuna na história e na teoria marxista, o mesmo não pode ser afirmado no que diz respeito ao seu impacto sobre as forças políticas, a literatura e o pensamento político conservadores.

Os leitores – historiadores, pesquisadores de outras áreas ou militantes interessados no estudo da primeira revolução operária – concluirão que vários sentidos são atribuídos à Comuna. Um aspecto que sobressai da leitura da obra é a atualidade da Comuna, ainda hoje um desafio para a teoria marxista, particularmente para a teoria da transição ao socialismo. Destacamos também a pesquisa iconográfica, em parte reproduzida no livro, realizada por Flávio de Castro. Muitas imagens falam por si. O resultado da reflexão contida em *A Comuna de Paris na História* é uma homenagem à memória e à luta dos trabalhadores.